

Dora Kramer*

Justiça é omissa ante abusos eleitorais

Ministros vão deixando seus postos na Esplanada para concorrer às eleições de outubro, mas isso não significa desfalque na campanha de Luiz Inácio da Silva (PT) para a reeleição. Ao contrário, deve ser um reforço.

Sai metade da equipe ministerial e entram em campo duas dezenas de cabos eleitorais trabalhando por Lula em vários estados, na maioria candidatos a governador ou ao Senado. Difícil acreditar que não vão se valer da influência nas pastas que comandaram.

Não é uma ilação. O uso da máquina pública é autorizado pelo próprio Lula, cuja prática do abuso corre livre e solta sob a omissão da Justiça Eleitoral. Cada ato oficial tem sido um comício, com a proibida referência explícita a escolhas do eleitorado.

O Tribunal Superior Eleitoral poderia atuar de ofício, mas até agora optou pela comodidade da inação. A oposição não interessa apresentar contestações porque seus candidatos governadores fazem uso do mesmo expediente infrator e, assim, tornam-se todos parceiros na transgressão.

Interessante notar como a proximidade do pleito

faz arrefecer as críticas ao instituto da reeleição, alvo de propostas pela extinção muito comuns no período de entressafra eleitoral. A reclamação é sempre a mesma: a permissão ao segundo mandato faz presidentes, governadores e prefeitos usarem e abusarem do poder no exercício dos cargos.

A emenda que instituiu a reeleição impõe limitações que, respeitadas no início, ao longo do tempo foram sendo ignoradas e agora são letras mortas. Ninguém liga mais para a demarcação legal para o início das campanhas, bastando que se intitulem pré-candidatos. Lula nem esse cuidado tem.

Acabou-se também o constrangimento de desobedecer a Constituição na exigência de que os postulantes à renovação dos mandatos separem atividades administrativas de ações eleitorais.

Hoje aderiu-se ao lema do tudo junto e misturado. Sob o olhar complacente da Justiça Eleitoral, que perde autoridade para adiante retomar a rédea da ordem no ambiente.

*Jornalista e comentarista de política

Vicente Loureiro*

Lar de Eunices

Não se tratam apenas de duas casas cujas fachadas trazem escrito, na parte superior, serem um lar — no caso, de Eunices. Talvez fosse mais justo chamá-las de lares das Dores, pois ambos, separados por três ou quatro quilômetros de distância, convivem com as recorrentes cheias de verão do mesmo rio, o Botas, que atravessa na diagonal a cidade de Nova Iguaçu.

Na verdade, tal proximidade torna as duas habitações uma espécie de “inquilinas” dos infortúnios causados pelas mais que previsíveis enchentes do mesmo rio, impondo-lhes, todos os anos, uma temporada — de dezembro a março — de sobressaltos e desenganos. Só mudam mesmo os prefeitos e as dimensões dos estragos causados. Os transtornos e as tentativas de mitigação se repetem quase como a sina de Sófocles.

Invariavelmente, com a chegada da estação das chuvas, as mobílias das casas das Eunices ganham pés de tijolos, e passarelas de madeira improvisadas determinam uma circulação minimalista no interior e um acesso “seguro” até o portão. Este é o preço que se paga para conviver com inundações, nem sempre provocadas apenas por construções à beira dos rios. Afinal, cidades e rios parecem ter nascido um para o outro.

Difícil é precificar as noites de sono perdidas vendo a chuva cair e a água do rio subir. Ora rezando, ora torcendo para que ela não viole a soleira, mas sempre de olho nos ralos, de função regurgitante nessas ocasiões. A fé, independentemente da confissão religiosa, pode até remover montanhas, mas tem tido dificuldades de

conter as águas por aqui.

As Eunices dos dois lares, apesar de terem adotado atitudes comuns para conviver com as impedâncias das cheias do Botas, sonham com futuros distintos. A de mais posses deseja conseguir vender a casa para viver em um apartamento na parte mais alta da cidade. A mais desassistida pretende tornar novamente habitável o pavimento térreo da casa, levantando, para isso, o piso em cerca de 70 centímetros, deixando a parte superior para abrigar a filha e os netos, filhos de três “abortos paternos” distintos.

Enquanto as obras de drenagem e o futuro não chegam, as duas Eunices, de modo pragmático, decidiram transformar o térreo de suas casas em áreas de lazer improvisadas. Churrasqueiras, cadeiras de praia, redes, entre outros apetrechos portáteis, substituíram sofás, fogões e guarda-vestidos. A certeza da demora da solução desejada fez com que uma delas construísse um alçapão, onde uma engenhoca criativa faz subir e descer uma televisão de generosas polegadas. Sem dúvida, uma obra de adaptação às mudanças climáticas.

O que mais toca ao visitar um dos lares de Eunice é constatar que, apesar dos renitentes estragos trazidos pelo transbordamento do rio, ele resiste íntegro e altivo, parecendo espelhar a resiliência inabalável de seus moradores e uma esperança, banhada em lágrimas, que ainda acredita que dias melhores virão.

*Arquiteto e urbanista

EDITORIAL

Um acordo comercial com muitas arestas

O acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, negociado por mais de duas décadas e anunciado politicamente em 2019, continua sem ratificação devido a uma combinação de fatores econômicos, ambientais, políticos e sociais que geram forte resistência dentro do bloco europeu. Embora o acordo prometa ampliar o comércio entre duas das maiores regiões econômicas do mundo, seus custos potenciais são vistos por muitos países europeus como elevados demais.

Um dos principais entraves é a questão ambiental, especialmente relacionada ao desmatamento na Amazônia. Governos europeus, parlamentos nacionais e a opinião pública demonstram preocupação com o impacto que o aumento das exportações agropecuárias do Mercosul poderia ter sobre florestas tropicais e povos indígenas. A política ambiental da UE tornou-se mais rigorosa nos últimos anos, com destaque para o Pacto Verde Europeu, o que levou países como França, Áustria e Irlanda a exigirem garantias ambientais mais duras e juridicamente vinculantes antes de aprovar o acordo.

Outro fator relevante é a proteção do setor agrícola europeu. Produtores rurais da UE temem a concorrência de produtos sul-americanos, como carne

bovina, soja, açúcar e etanol, que possuem custos de produção mais baixos e padrões sanitários e ambientais percebidos como menos exigentes. Organizações agrícolas exercem forte pressão política, argumentando que o acordo criaria concorrência desleal e ameaçaria a sobrevivência de pequenos e médios agricultores europeus.

Há também divergências políticas internas na própria União Europeia. Para que o acordo entre em vigor, ele precisa ser ratificado por todos os Estados-membros e, em alguns casos, por parlamentos regionais. Isso torna o processo lento e vulnerável a vetos nacionais. Mudanças de governo, crescimento de partidos ambientalistas e nacionalistas e o uso do acordo como instrumento de política interna dificultam ainda mais o consenso.

Além disso, existem críticas relacionadas a direitos trabalhistas e sociais. Setores da sociedade civil europeia acusam o acordo de não oferecer mecanismos eficazes para garantir o cumprimento de padrões internacionais de trabalho e direitos humanos nos países do Mercosul. Essas preocupações reforçam a percepção de que o tratado prioriza interesses comerciais em detrimento de compromissos sociais e ambientais.

Opinião do leitor

Amor da mulher

A mulher amada e eterna está em todos os lugares. Caminha invisível com arranjos floridos. Tranças dos cabelos conversam com o sol. Molha o rosto nas águas do rio profundo. Despede-se da euforia da noite. Passeando entre nuvens emocionadas. Abraçadas com gotas de amor.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: NOTIFICADO UM CASO DE FEBRE AMARELA EM CAMBUCI

As principais notícias do Correio da Manhã em 28 de janeiro de 1931 foram: em detrimento do Tratado Naval de Londres, Japão demite 9 mil pessoas de seus estaleiros. Suprema Corte recebe recurso de sentença, da Corte de Apelações, con-

siderando ilegais as Leis Proibitivas nos EUA, sob fundamento de não terem sido ratificadas de acordo com a Constituição, que exige o pronunciamento de todos os estados. Notificado um caso de febre amarela em Cambuci.

HÁ 75 ANOS: VARGAS INICIA CONVERSAS PARA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE MINISTERIAL

As principais notícias do Correio da Manhã em 28 de janeiro de 1951 foram: Na Coreia, tropas da ONU voltam a avançar na parte ocidental da península. China

Comunista protesta contra o rearmamento do Japão. Senado não tem número mínimo para votações. Vargas inicia conversas para composição da equipe ministerial.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.